OS DIREITOS HUMANOS E O CAOS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Wanderlan da Silva Nunes¹

RESUMO

O presente trabalho destaca acerca dos direitos humanos e o caos no sistema penitenciário brasileiro, relatando a crise que atualmente enfrenta os cárceres, e as consequências que são gerados diante dessa problemática. Os ambientes criminais atualmente infringem a liberdade da Constituição da República, em relação à dignidade da pessoa humana, princípio basilador brasileiro, no que concerne sobre a superpopulação carcerária, além de ter uma estrutura degradante e descaso, servindo-se de verdadeiros calabouços humanos. O objetivo geral foi estudar sobre a situação precária do sistema penitenciário brasileiro, na qual especificadamente evidenciar a falha do Estado em manter os cárceres em situação de precariedade; destacar as mazelas que o sistema penitenciário que apresenta nos dias atuais e abordar as sugestivas mudanças em relação à crise. Para a construção desta pesquisa destacou pela abordagem bibliográfica e qualitativa, baseando em decisões jurisprudenciais e reconhecendo a responsabilidade civil do Estado em face nas nuances que envolvem a crise no sistema penitenciário brasileiro, em fim, conclui-se que o sistema carcerário é uma instituição de controle e que necessita de reformas para a valorização da ressocialização do preso.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema Penitenciário. Crise. Direitos Humanos.

ABSTRACT

The present work highlights human rights and chaos in the Brazilian prison system, reporting the crisis that currently faces prisons, and the consequences that are generated in the face of this problem. The criminal environments currently violate the freedom of the Constitution of the Republic, in relation to the dignity of the human person, the Brazilian basilator principle, as far as overcrowding is concerned, in addition to having a degrading structure and neglect, serving as real human dungeons. The general objective was to study the precarious situation of the Brazilian penitentiary system, in which specifically to demonstrate the failure of the State to keep the prisons in a situation of precariousness; highlight the problems that the penitentiary system presents today and address the evolving changes in relation to the crisis. In order to construct this research, it emphasized the bibliographical and qualitative approach, based on jurisprudential decisions and recognizing the civil responsibility of the State in face of the nuances that involve the crisis in the Brazilian penitentiary system, in the end, it is concluded that the prison system is an institution of control and that needs reforms to enhance the resocialization of the prisoner.

KEY WORDS: Penitentiary System. Crisis. Human rights.

¹ Graduado em Ciências Contábeis Universidade Estadual do Piauí- UESPI (2008); e Graduando em Direito pela Universidade Estadual do Piauí- UESPI (2018).

1. INTRODUÇÃO

A violência e a criminalidade, no decorrer nos últimos dez anos, têm aumentando gradativamente o índice de problemas sociais que assolam a sociedade brasileira, com isso engloba a superpopulação carcerária, disseminando uma situação crítica nos sistema de segurança pública brasileiro. Neste sentido, com essa nova preocupação no cenário do sistema penitenciário, a realidade dos espaços carcerários ficaram cada vez menor pela estrutura que se tornou pequena para a grande demanda de presos nos estabelecimentos criminais.

Os ambientes prisionais atualmente infringem drasticamente a literalidade da Carta Magna sobre a dignidade da pessoa humana, incidindo perante a situação de ambientes sombrios, escassos e degradantes, abrangendo uma população carcerária maior do que a permitida. Essa crise nos sistemas prisionais vem se alastrando pelo país, e que nada se tem feito para melhorar e reverter à situação que se encontra atualmente as penitenciárias.

Por este motivo, por consequência aumenta a insegurança da sociedade brasileira perante o Estado, pois este não possui a capacidade de efetivar uma proteção no sistema prisional adequada, como também a população brasileira fica a mercê da criminalidade. Então os sistemas prisionais entram no colapso, levando ao movimento e alargamento incessante da crise dos sistemas penitenciários brasileiros, portanto servem como a intervenção mínima de legítima atuação de respeitar os direitos humanos incidentes na seara internacional.

Para fundamentar essa reflexão, busca-se uma análise sobre a crise perante a realidade das unidades prisionais do Estado Brasileiro, e o colapso sendo virtude de tantas barbáries e mazelas que assolam os cárceres pelo país. Por isso, cabe saber que o panorama atual da crise no sistema prisional fica evidente quando aos crescentes números e fatores evidenciados pelas estatísticas jornalísticas, como consequência da desigualdade social. Conforme os autores Andrade e Ferreira comentam que:

Os sujeitos que estão encarcerados aos bocados nos presídios senão os filhos da exclusão social? A prisão foi pensada e construída pela elite para pobres e não para ricos, uma vez que nossa cultura barroca de fachada, com base na conquista, exclui índios, camponeses no campo e, na cidade, migrantes, favelados, encortiçados, sem teto, em uma fenomenologia bastante conhecida, a fenomenologia dos desafiados (ANDRADE E FERREIRA, 2015, p.117).

É notório que o sistema penitenciário brasileiro, nos últimos anos, vem ganhando notoriedade para a discussão no ambiente acadêmico, sobre a discussão e a importância da ressocialização do preso, e a estrutura dos sistemas prisionais. Discute-se ainda ao mesmo tempo, sob as condições precárias e ambientes hostis nos sistemas prisionais, parecendo calabouços, este modelo que não acompanha o processo de reeducação do preso, e a inserção do mesmo para a sociedade.

Em consoante, vale dizer que, o sistema penitenciário brasileiro vem apresentando grande desgaste com o passar dos anos, até nos dias atuais, pecando na precariedade, com a superlotação, o Estado não mantém investimento para o sistema, ou em adotar medidas que resolvam essas situações, que já se tornou caso de saúde pública. O sistema não tem conseguindo alcançar suas metas diante da reintegração do apenado, de recuperar o detento para conviver em sociedade.

Segundo Andrade e Ferreira (2015, p. 118) “acontece que há ainda uma ampla despreocupação e intolerância, tanto do Estado como da sociedade em âmbito global, quanto ao problema carcerário e à incumbência de fazer valer a reintegração social do preso como função da pena”.

Neste contexto, o objetivo geral do trabalho é estudar sobre a situação precária do sistema penitenciário brasileiro, assim como ressaltar os objetivos específicos evidenciar a falha do Estado em manter os cárceres em situação de precariedade; destacar as mazelas que o sistema penitenciário apresenta nos dias atuais e abordar as sugestivas mudanças em relação à crise.

Neste contexto para construção do presente pesquisa foi destacada a pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa, e explicativa sobre a temática a cerca do sistema penitenciário brasileiro, evidenciado nos capítulos seguintes.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Crise no sistema penitenciário brasileiro

O sistema prisional brasileiro, atualmente está passando por uma crise, devido aos problemas que assolam as penitenciárias brasileiras, apresentando algumas características como as situações desumanas, falta de estrutura para manter o alojamento dos apenados. De acordo com o Ministério da Justiça (2009) atualmente, são mais de 574 mil pessoas reclusas nos cárceres do Brasil, sendo hoje a quarta população carcerária do mundo, perdendo apenas dos EUA, (2,2

milhões), da China (1,6 milhões) e Rússia (740 mil). Esses números tendem a ser crescente quanto maior for a desigualdade social.

Portanto, diante desses dados, percebe-se que as prioridades do sistema que agrega muitas pessoas, o carcerário, é assegurar uma sociedade mais segura, e visando punir aos infratores do crime seguindo Lei de execuções penais, na forma de intimidar e regenerar esses apenados. É claramente observado, que a ordem alcançada pela Legislação complementar não poderá ser cumprida como realmente está escrita, devido as condições das penitenciárias e a super população carcerária que passa pelo Brasil.

Diante disso, as prioridades dos sistemas carcerários se torna mais evidente na crise que segrega tantos apenados, pois segundo a ordem mundial, deve prevalecer, a segurança e paz mundial, na qual depende de tirar da sociedade todas as pessoas que cometem alguma criminalidade, e o que for maléfico para a mesma. Neste sentido, justifica-se alcançar o objetivo ou que já estaria bem perto de mudar os rumos da sociedade, pois no sistema penitenciário, tem o dever de punir, como também de reeducar os apenados para devido correção desses para viver plenamente no anseio social.

Observa-se claramente que segundo Zaffaroni (2015, p. 20) afirma que “colocar uma pessoa numa prisão e esperar que ela aprenda a viver em sociedade, é como ensinar alguém a jogar futebol dentro de um elevador”. Observa-se na citação do autor, tem mostrado o aumentando da crise do sistema carcerário, na qual há uma crítica sobre a precariedade das penitenciárias brasileiras, conforme o estudo sobre a ressocialização e a reintegração social do apenado.

Em se tratando dos conflitos da sociedade, as desigualdades sociais é um grande combustível para o aumento da criminalidade, com a falta de oportunidade, ocorreram a incidência de crimes nas comunidades que vem aumentando conforme o tempo. Dessa forma, o Governo Federal tem procurado integrar um estudo a respeito da criminalidade com investimento na segurança pública, e na esfera social nessas áreas de risco.

É necessário verificar que o sistema brasileiro, segundo o Conselho Nacional de Política Criminal Penitenciário reflita sobre as diretrizes e os indicadores internacionais da crise do sistema carcerário, percebe-se que este fenômeno social de encarceramento em sido em grade massa, com também tem gerado um reflexo

significativo perante as comunidades de baixa renda. Conforme ressaltam Andrade e Ferreira (2015) à saber:

Apesar de ser um país rico em recursos naturais e com um PIB (Produto Interno Bruto) figurando sempre entre os 10 maiores do mundo, o Brasil é um país extremamente injusto no que diz respeito à distribuição de seus recursos entre a população. Um país rico; porém, com muitas pessoas pobres, devido ao fenômeno da desigualdade social que é elevado. Pesquisadores da área social e econômica atribuem essa elevada desigualdade social no Brasil a um contexto histórico, que culminou numa crescente evolução do quadro no país. Mesmo sendo uma nação de dimensões continentais e riquíssima em recursos naturais, o Brasil desfruta uma triste contradição, de estar sempre entre os dez países do mundo com o PIB mais alto e, por outro lado, estar sempre entre os 10 países com maiores índices de disparidade social (ANDRADE E FERREIRA, 2015, p. 116).

Seguindo nesse pensamento, na história da humanidade os determinados conflitos, eram penalizados pelo aprisionamento de pessoas, na qual serviam como formas isoladas para minimizar a violência, e que atualmente não é diferente. As instituições responsáveis pelo sistema carcerário servem como calabouços humanos, ou depósitos de seres esquecidos pelos órgãos públicos. Portanto tornaram-se uns amontoados de pessoas sem direitos, na qual o indivíduo encarcerado no Brasil, não tendo os mínimos direitos necessários à dignidade humana para a reintegração em sociedade.

Seguindo as pesquisas do Ministério da Justiça (2014) “o sujeito que é isolado da sociedade já está vulnerável muitas vezes antes mesmo de ser preso, pesquisas mostram que 65% deles são, sobretudo, jovens, negros e de baixa renda”. As pessoas que fazem parte desse sistema são vistos pela sociedade como sub-humanos que sofrem preconceito pela classe social inferior, pela cor, e quando cometem um crime a justiça os definem como bandidos, segmentado pela condição da desigualdade social que enfrentam as comunidades espalhadas pelo país.

Vale ressaltar que a violência e a criminalidade são fenômenos sociais que sucedem devido a desigualdade social existente no país, pessoas que não tem acesso a uma boa estrutura familiar e educacional, não tendo condições básicas de subsistência, qual passam pela omissão por parte do Estado em situações de melhores meios de vida. Com esses resultados, percebe-se que países que sofrem com a desigualdade social evidente, tende a ter altos índices de homicídios e delitos diversos, praticados por indivíduos em geral e mais carentes de recursos e tendenciosos atos criminosos. Segundo o Ministério da Justiça dissertam:

Vale ressaltar que esses fenômenos não ocorrem como regra da consequência de desigualdades sociais, haja vista que a maioria da população que é afetada pela desigualdade, não recorre a meios violentos ou ilícitos para driblar essa realidade, sendo esses fenômenos explicados, nesses casos, por traços de personalidades individuais (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014, p. 45).

Muitos são os casos de aumento da criminalidade no Brasil, com isso a população carcerária vem aumentando gradativamente onde não há mais espaços significativos e abrangentes para os detentos. A realidade das prisões no Brasil apresentam condições sub-humanas, são sujas, tem falta de iluminação, ventilação estruturas inadequadas, além dos maus tratos aos apenados. A Lei de Execuções penais (LEP) defende a integridade física, mental, e humana do preso, como dessa forma, percebe-se também que, atualmente não são seguidos os princípios da LEP, com o aumento considerável da população carcerária.

Como consequência dessa situação desumana, o ambiente carcerário se torna propício as doenças contagiosas, como o caso, da tuberculose, doenças pulmonares, doenças sexualmente transmissíveis (DST's), além de outras falácias. Conforme Andrade e Ferreira referem-se:

Cada preso, no Brasil, custa cerca de R\$ 2.000,00 por mês. Mas afinal, quanto custa sustentar esse sistema onde faltam equipes de saúde, profissionais dispostos e reconhecidos? É um sistema muito caro para resultados tão irrisórios. As pessoas privadas de liberdade são cidadãos que estão pagando as suas penas, suas sentenças, não deixando, por isso, de serem seres humanos, cabendo ao Estado cumprir suas obrigações relativas a eles, o que pode ser feito simplesmente aplicando a Lei (ANDRADE E FERREIRA (2015, p 121).

A gravidade da crise nas penitenciárias brasileiras é um fato que o Brasil estar enfrentando com o maior índice de população carcerária do mundo, neste sentido exige-se que o Estado amplie seu diálogo e iniciativas de políticas sociais para a resolução de seus problemas daqueles que incidem diretamente na sociedade, com a compactualidade de parcerias e tarefas para refletir sobre o aumento dos índices de violência, como também maior rigor perante a legislação penal para os apenados. Portanto não se sabe dizer, qual é o maior problema do sistema carcerário brasileiro, para relatar sobre o caos que atualmente tem apresentado perante os olhos da sociedade.

Há muitos problemas no sistema carcerário brasileiro, este já se tornou um caos para segurança pública, e até dos servidores públicos que trabalham diretamente com os apenados, além disso, a unidade prisional não tem condições

mínimas de manter uma pessoa reclusa, como também de manter uma gestão carcerária equilibrada, pelos vários problemas que acontecem no cotidiano. Na visão de Machado disserta que:

É inegável que o alto número de condenados, às vezes maior que o dobro da capacidade do presídio, se traduz como o pior problema existente no sistema penitenciário – em especial o brasileiro –, eis que acarreta ainda outros problemas a ele intimamente ligados, tais como a falta de higiene, a alimentação precária e a violência física e sexual. Todos esses problemas, além da frágil estrutura física dos espaços carcerários e da disseminação das drogas e dos aparelhos celulares, são realidades facilmente perceptíveis nos presídios das grandes cidades brasileiras, sem mencionar a caótica situação das Delegacias de Polícia (Machado, 2013, p. 7).

É importante destacar que as condições de vida e de higiene costumam ser extremamente precárias, assim facilitam muito as fugas e a falta de segurança dentro dos presídios brasileiros estar em evidência. No quadro do sistema prisional brasileiro, constata-se que não há separação entre presos provisórios e os definitivos, há uma desorganização total, na qual não seguem os padrões estabelecidos pela LEP, assim há uma mistura entre presos provisórios e reincidentes, só há uma separação de acordo com a natureza de sua periculosidade.

De acordo com o levantamento realizado pelo CNMP (2014) ressalta que “entre março de 2012 e fevereiro de 2013 dão conta que de 1.598 prisões inspecionadas no Brasil nesse período, houve 121 rebeliões, 729 mortes e 20.310 fugas. Em menos de 20 anos, enquanto a população cresceu 36% o número de pessoas presas aumentou 403,5%”. Portanto o resultado mostra que o sistema carcerário brasileiro estar passando por uma situação difícil e que alavanca ainda mais os problemas sociais dos Brasileiros.

2.2 Situação real dos presídios brasileiros

No Brasil, o sistema prisional muitas vezes é utilizado como instrumento de exclusão de classes sociais inferiores, onde não contamos com políticas públicas e tentamos resolver os problemas de insegurança pública encarcerando indivíduos das classes subalternas.

A Realidade do sistema prisional brasileiro está associada às desigualdades sociais decorrente da má distribuição de renda e pela falta de investimento na área social. Nas comunidades onde o estado não consegue

desempenhar suas funções básicas como saúde, educação, segurança, o sistema prisional está mais presente na vida dessa população mais carente.

A falta de compromisso do Estado no que diz respeito ao sistema carcerário é visível nos movimentos não governamentais vindos a público. Constantemente, os telejornais e as redes sociais trazem a tona a crise do sistema prisional, enumerando os diversos fatores que contribuem para essa crise.

Cabe ao Estado o dever de apurar, aplicar a lei e zelar por todo o processo punitivo do preso. Mas, é evidente que no atual sistema prisional, essa atribuição do Estado não vem sendo desenvolvida a contento. É imensurável a distância que norteia entre a legislação e os que os presos vivenciam no dia-a-dia dentro dos presídios.

A falta de interesse dos governantes em construir ou manter em condições razoáveis de conservação e segurança os presídios existentes tem em muito contribuído para motins nos presídios e proporcionado a fuga de presidiários. Assim como a falta de pessoal ou o despreparado dos agentes penitenciários que também contribuem para a evasão.

Essa conduta omissiva do Estado é o ponto de discussão desse trabalho. Indagamos: Até onde o Estado pode ser responsabilizado por ato desses reclusos, que se encontrando sob a sua tutela venham a foragir e cometer condutas delitivas? O Estado deve responder de forma objetiva ou subjetiva?

3. ANALISES E DISCUSSÕES

Nesse presente trabalho adotou a metodologia de pesquisa bibliográfica, a fim de verificar como está a situação dos presídios Brasil, além disso, mostrar dados que corroborem a problematização do sistema carcerários e suas consequências para a sociedade. Nesta análise, cabe ressaltar sobre os percalços que o sistema vem enfrentando, assim como as consequências de um caos desnecessário que percorre pelo país.

Neste contexto, foram discutidos a situação que se encontram as penitenciárias no Brasil, como também observar a violação dos direitos humanos e a crise carcerária que vem se lastrando pelo país. Uma das consequências é a superlotação das celas, uma precariedade de recursos, além dos aspectos

insalubres existem nas prisões brasileiras, propicio a varias doenças, contágio e epidemias.

3.1 As peculiaridades no sistema prisional brasileiro

Neste estudo empírico os dados disponibilizados pelo sistema integrado de informações penitenciarias (INFOPEN), onde foi criado para construir um banco de dados unificado a respeito dos estabelecimentos prisionais do Brasil, que pudesse agregar os sistemas estadual e federais da população penitenciária. Nesse sistema é possível identificar uma série de informações sobre o sistema prisional e o perfil da população carcerária, porem muitos Estados deixam de prestar informações relevantes sobre as penitenciárias.

Outrora, um dos dados importantes é o convênio com o Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN) que tem a obrigação de manter os dados atualizados sobre a realidade dos departamentos, e as devidas inconsistência da carência do sistema prisional. A publicação desses dados implica diretamente sobre as políticas de segurança que constituem alvo que as vezes são arbitrários, por que muitas vezes perdem pelo caminho as informações essenciais . na qual até mesmo camuflam a realidade do sistema carcerário.

Apesar das limitações é relevante uma abordagem estatística sobre a situação que se encontra os sistemas carcerários brasileiros, é possível visualizar como se encontra o sistema criminal brasileiro, possuem falhas dificultando a avaliação do estudo e informações sobre as instituições pesquisadas, para se chegar a um controle. um estudo mais atual, seguindo o ano de 2014

Tabela 1. SISTEMA CARCERÁRIO EM JUNHO DE 2014

População prisional	607.731
Sistema Penitenciário	579.423
Secretarias de Segurança/ Carceragens de delegacias	27.950
Sistema Penitenciário Federal	358

Vagas	376.669
Déficit de vagas	231.062
Taxa de ocupação	161%
Taxa de aprisionamento	299,7

Fonte: Infopen, jun/2014; Senasp, dez/2013; IBGE, 2014

3.2 Responsabilidade do estado por omissão de seus agentes em caso de fuga de presídio

Passaremos a analisar os diversos posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais acerca da Responsabilidade do Estado por Omissão de seus Agentes em caso de fuga de presídios, considerando que cabe ao ente público zelar pelas condições de segurança dos estabelecimentos prisionais garantindo que os presos não reingresssem ilegalmente ao convívio social.

No exercício do Jus puniendi é legítimo o dever de o Estado aplicar sanção ou pena para quem infringir a lei, visando proteger os cidadãos das condutas ilícitas praticadas por criminosos, bem como reintegrar esse criminoso ao convívio em sociedade.

Como já visto acima a responsabilidade civil do Estado é objetiva, baseada na teoria do risco administrativo, no caso de comportamento danoso comissivo (art. 37, § 6º, CF) e subjetiva por culpa do serviço ou 'falta de serviço' quando este não funciona, devendo funcionar, funciona mal ou funciona atrasado.

A doutrina afirma que, todas as vezes que o Estado detém alguém sob sua custódia, está-se diante de uma situação de risco criado diferenciado quanto à pessoa.

Nas exatas palavras de Mateus Carvalho, apontam:

Por vezes, em algumas circunstâncias, o Estado cria situações de risco que levam à ocorrência do dano. Por meio de um comportamento positivo, o Estado assume grande risco de gerar o dano a particulares. Assim, nesses casos, o Estado responde objetivamente por ele, ainda que não se demonstre conduta direta de um agente público. As situações mais corriqueiras decorrem da guarda de pessoas ou de coisas, como é o caso dos detentos de um presídio, de crianças dentro de uma escola pública, de carros apreendidos no pátio do Departamento de Trânsito, de armazenamento de armas (CARVALHO, 2015, p. 336).

A doutrina do **risco criado ou risco integral** é uma modalidade extremada da teoria do risco administrativo, fundamento da **teoria objetiva**, afirma

que o Estado ficaria obrigado a indenizar todo e qualquer dano suportado por terceiros, ainda que resultante de culpa ou dolo da vítima.

Para os defensores da teoria do risco criado o Estado sempre teria o dever de indenizar, independentemente de nexos causal imediato e direto.

A doutrina do risco criado ou risco integral afirma que a detenção ou prisão de uma pessoa gera para o Estado um risco, capaz de fazer nascer o dever de o Estado indenizar de forma objetiva os danos causados pelo apenado ou até mesmo os danos causados a pessoa dele.

Nesses casos a doutrina entende que o Estado responderá, ainda que haja uma situação de caso fortuito interno, somente não incidindo a responsabilidade em caso de fortuito externo ou força maior.

Prossegue o mestre Mateus Carvalho:

[...] a doutrina especializada entende que o Estado responderá, ainda que haja uma situação de caso fortuito, bastando a comprovação de que este fortuito só foi possível em virtude da custódia do ente estatal. Tal situação é o que a doutrina designa fortuito interno (ou caso fortuito). Logo, se, por exemplo, uma rebelião de presos causa a morte de um refém, o estado é responsável, não podendo alegar que se trata de caso fortuito. Em sentido contrário, se um preso é atingido por um raio dentro do presídio, a princípio, não haveria responsabilização do Estado, haja vista o dano decorrer de um fortuito externo (ou força maior), ou seja, totalmente alheio e independente da situação de custódia (CARVALHO, 2015, p. 336).

A responsabilização, nesses casos, para os defensores da teoria objetiva, sob a modalidade do risco criado, dependerá somente da comprovação de que a custódia é uma condição sem a qual o dano não teria ocorrido, ainda que situações supervenientes tenham contribuído para o dano, para incidir a responsabilidade do Estado, que somente não seria responsabilizado se provados o caso fortuito externo ou a força maior.

Assim, por exemplo: se um preso foge da penitenciária e passados dois anos vem a cometer um ilícito penal, para os defensores da teoria objetiva, na modalidade risco criado, o Estado deve ser responsabilizado, pois, entendem que o cometimento do ilícito se deu em razão da fuga.

Para os adeptos dessa teoria não se leva em consideração o tempo decorrido entre a fuga e o delito praticado, se houve ou não a quebra do nexos causal.

Ocorre que se fosse possível a indenização em relação a fatos muito distanciados na linha espaço-tempo, o fabricante da arma, o comerciante que a

colocou no mercado, poderiam ser responsabilizados, pois, não se admite aqui quebra de nexos causal. E mais, como responsabilizar o Estado objetivamente, se como sabido a teoria do risco tem por fundamento um ato comissivo do Estado, através de seus agentes.

Observa-se do exemplo acima citado, que não houve qualquer ação de agentes do Estado a fundamentar a teoria objetiva e ensejar a responsabilidade do Estado.

Se em todas essas situações fossem cabíveis indenizações, tornaríamos o Estado um grande garantidor de seguro. O Estado deve responder, objetivamente, todavia, naquelas situações justificadas pelo risco administrativo e sempre que demonstrados os três elementos caracterizadores da responsabilidade objetiva: conduta comissiva do agente do Estado, o dano e o nexos causal.

Uma parte minoritária da doutrina entende que o Estado pode responder **objetivamente**, também em caso **de omissão**, mas, sempre se observando quanto ao nexos causal, a **teoria da causalidade imediata**, uma vez que nosso ordenamento jurídico exige o **imediatismo** entre o comportamento omissivo ou comissivo imputado ao ente estatal e o evento danoso

Para os defensores da Teoria Subjetiva, que se fundamenta na omissão, ou seja, quando não há ato estatal, pelo contrário, há inércia do Estado, um não fazer do Estado, em evidente descumprimento de um comando legal, o Estado deve responder em caso de omissão quando o dano decorrer dessa omissão Estatal e houver nexos causal entre essa omissão e o dano sofrido pela vítima.

O Professor Celso Antônio Bandeira de Mello esclarece com impropriedade :

[...] Quando o dano foi possível em decorrência de uma *omissão* do Estado (o serviço não funcionou, funcionou tardia ou ineficientemente) é de aplicar-se a teoria da **responsabilidade subjetiva**. Com efeito, se o Estado não agiu, não pode, logicamente, ser ele o autor do dano. E, se não foi o autor, só cabe responsabilizá-lo caso esteja **obrigado a impedir** o dano (MELLO, 2007. P 22); (grifei).

Para o referido professor a omissão somente pode levar a uma responsabilidade subjetiva. Jamais objetiva, pois esta reclama uma conduta comissiva por parte de um agente estatal.

Assim, o exemplo supracitado, poderia até ensejar uma responsabilidade, mas subjetiva do Estado, se não existisse um lapso temporal enorme entre a fuga e

a prática do delito, que, certamente, rompeu o nexos causal. Não resta dúvida que a fuga de preso caracteriza uma má prestação de serviços, pois o Estado tem o dever legal de preservar recluso aquele que cometeu crimes e, se no desempenho desse dever legal, não consegue evitar a evasão de presos, pode ser responsabilizado por danos que um detento foragido venha a cometer.

Vejamos uns julgados acerca do tema:

TJ-PR - Apelação Cível AC 5874300 PR 0587430-0 (TJ-PR)

Ementa: RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA DE INDENIZAÇÃO POR DANOS FÍSICOS E MORAIS. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. HOMICÍDIO PRATICADO POR PRESO FORAGIDO, MESES APÓS A FUGA, E POR EX- PRESO QUE JÁ SE ENCONTRAVA EM LIBERDADE POR DECISÃO JUDICIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE O FATO E O DANO. RECURSO NÃO PROVIDO.
 - Não há falar em responsabilidade civil do Estado, por crime praticado por preso foragido que pratica homicídio, **meses após a fuga**, haja vista a ausência de nexos de causalidade entre o dano causado e a omissão atribuída ao ente público. DT. 02/02/2010. (grifei).

TJ-PR - Apelação Cível AC 6903580 PR 0690358-0 (TJ-PR)

Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO ORDINÁRIA DE RESPONSABILIDADE OBJETIVA POR DANOS MORAIS, DANOS EMERGENTES E LUCROS CESSANTES. CRIME PRATICADO POR FUGITIVO DO SISTEMA PRISIONAL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. INOCORRÊNCIA - NEXO CAUSAL NÃO EVIDENCIADO - FATO QUE NÃO OCORREU DURANTE A FUGA. LAPSO TEMPORAL DE 49 DIAS ENTRE A FUGA DO PRESO E O CRIME PRATICADO. DEVER DE INDENIZAR INEXISTENTE. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. Para que o Estado seja condenado a ressarcir os danos morais e materiais sofridos por vítima de roubo e estupro, praticado por foragido do sistema prisional, imprescindível a demonstração do nexos causal imediato e direto entre a fuga e os crimes que foram praticados, visto que nosso ordenamento jurídico, quanto ao nexos causal, adota a teoria da causalidade direta ou imediata. Não restando evidenciado o nexos causal entre a omissão do Estado no dever de impedir a fuga do detento e o crime cometido contra a autora, face o fato não ter ocorrido durante a fuga, **mas após o lapso temporal de 49 dias**, incabível os pedidos de indenização. Acordam os Desembargadores da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. DP.23/11/2010. (grifei).

Verifica-se dos julgados que as Cortes entenderam que não existia a obrigação de o Estado indenizar tendo em vista não haver nexos de causalidade entre a ação do detento e a omissão estatal na segurança pública, em função da teoria da casualidade imediata. Conforme sabido, essa teoria da casualidade imediata requer imediatismo entre o comportamento omissivo ou comissivo imputado ao ente estatal e o evento danoso.

Portanto, nos julgados acima, observa-se que o lapso temporal foi expressamente ressaltado como parâmetro para a quebra do nexo causal, todavia, vale aqui lembrar que a matéria é controvertida e, ante a ausência de critérios objetivos legais, a doutrina e a jurisprudência divergem quanto à caracterização da quebra do nexo causal.

Por sua vez, nos julgados que seguem abaixo, observa-se que restou caracterizada a responsabilidade civil do Estado, eis que o nexo causal não foi quebrado, dado o imediatismo entre a fuga e a ação do preso causando o dano. Fica claro nos dois julgados que o cometimento dos crimes ocorreu durante a fuga do preso.

TJ-SP - Apelação APL 00108457220088260047 SP 0010845-72.2008.8.26.0047 (TJ-SP)

Ementa: Responsabilidade civil. Subtração de veículo praticada por presos em fuga e privação da liberdade do proprietário. **Omissão do Estado caracterizada. Falta do dever de guarda e vigilância dos estabelecimentos prisionais.** Dano moral e material configurados. Dever de indenizar inafastável. Indenizações fixadas com moderação. Juros e correção monetária adequados à Lei nº 11.960/09. Honorários fixados com moderação. Recurso parcialmente provido. Data de publicação: 24/10/2014. (grifei)

STF - RECURSO EXTRAORDINÁRIO RE 136247 RJ (STF)

Ementa: Responsabilidade civil do Estado: fuga de preso - atribuída à incúria da guarda que o acompanhava ao consultório odontológico fora da prisão - preordenada ao assassinio de desafetos a quem atribuía a sua condenação, na busca dos quais, no estabelecimento industrial de que fora empregado, veio a matar o vigia, marido e pai dos autores: indenização deferida sem ofensa do art. 37, § 6º, da Constituição. Data de publicação: 18/08/2000.(grifei)

Nos dois julgados acima, verifica-se que a responsabilidade civil do Estado decorreu da falta de vigilância do Estado sobre o preso. No primeiro julgado, a falha do serviço ocorreu em relação à própria segurança no presídio, eis que o detento conseguiu evadir-se de dentro do próprio estabelecimento e, durante a perseguição, roubou um veículo e mantendo o proprietário como refém.

Já no segundo julgado, a incúria, isto é, a falta de vigilância foi atribuída diretamente ao agente público que conduzia o preso a um consultório odontológico. Devido à falta de atenção do condutor, o preso evadiu-se e matou um desafeto, em seguida. No primeiro e segundo julgados, o Estado teve que ressarcir, respectivamente, a vítima e a família do ofendido.

4. CONCLUSÃO

Diante de tais questões, verifica-se a complexidade e relevância da abordagem do tema. Ao esboçar algumas ideias, o objetivo do trabalho foi principalmente refletir sobre alguns dos aspectos que envolvem o sistema penitenciário na sociedade contemporânea.

Entre esses, destaca-se como o mais conflituoso, pelo menos no âmbito teórico e no prático, o do discurso predominante sobre o papel do sistema penitenciário como instituição de controle social no mundo moderno, onde se prima pela valorização discursiva de uma proposta de ressocialização do apenado, e, contrariando tal afirmação, é patente que existe todo um movimento político e ideológico que prima pela segregação do indivíduo apenado, justificando-se pelo temor causado pelos permanentes movimentos de resistência e violência gerados por uma constante desordem social.

Resgatando a questão central aqui tratada, ou seja, a discussão sobre o papel da educação e do trabalho dentro do sistema penitenciário, é importante assinalar que existe um grande grupo de operadores da execução penal que os veem nos presídios como uma atividade ocupacional como tantas outras, sendo importante apenas para ajudar a diminuir a ociosidade nas cadeias. Isso significa dizer que, embora no centro do discurso que justifica e reivindica a presença da educação formal e das atividades laborativas nos presídios esteja a ideia de ressocialização, a perspectiva de que atividades escolares e laborativas ajudam a combater a ociosidade

Após análise e reflexões sobre o tema, objeto deste estudo, entendo que em caso de fuga de preso de presídio, a responsabilidade civil do Estado deve ser subjetiva, uma vez que a evasão de presos decorre da falha do sistema prisional, seja por deficiência na estrutura física dos presídios, seja por deficiência no próprio sistema de segurança. Em qualquer caso, caracteriza-se culpa do serviço.

Ademais, não poderia o Estado responder em caso de fuga de preso de forma objetiva por duas razões: uma, porque a responsabilidade objetiva requer para sua caracterização um fazer do Estado; duas, porque faz-se necessária a presença de um agente do Estado, que agindo nessa qualidade, cause danos a terceiro.

5 REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ueliton Santos de; FERREIRA, Fábio Félix. **CRISE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO: capitalismo, desigualdade social e prisão.** Revista Psicologia, Diversidade e Saúde, Salvador. 2015;4(1): 116-129.

ARAUJO, Carlos. Innovare premiará boas práticas sobre o sistema prisional. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2014-mar-17/carlos-araujo-innovare-premiara-boas-praticas-sistema-prisional>>. Acesso. 20 de Maio de 2018.

ASSIS, Rafael Damaceno. **A realidade atual do Sistema Penitenciário Brasileiro.** Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos908/a-realidade-atual/a-realidade-atual.shtml>>. Acesso em: 15 de Maio de 2018.

BENEVIDES, Maria Victoria. **Direitos humanos: desafios para o século XXI.** In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. (Orgs.). Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Ed. Universitária, 2007.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso: 20 de Abril de 2018.

BRASIL. Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/L11079.htm>. Acesso: 20 de Abril de 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário nº RE 631214 - RJ. Julgado em 27 de fevereiro de 2012. Relator Ministro Ayres Britto. <Disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp>>. Acesso em 25 de Maio de 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário nº RE 136247 RJ - RJ. Julgado em 20 de junho de 2000. Relator. Sepulveda Pertence. Disponível em < <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/busca?q=Responsabilidade+civil+do+Estado+fuga+de+preso>>. Acesso em 25 de Abril de 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário nº RE 608880 - MT. Relator Ministro Marco Aurélio. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=3838114>>. Acesso em: 10 de Maio de 2018.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Plano diretor de melhorias no sistema prisional.** Brasília; 2009.

BRASIL. **Lei de Execução Penal.** Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a lei de execução penal.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Plano diretor do sistema penitenciário: diagnóstico, ações e resultados**. Brasília; 2009 [acesso em 07 abr. 2014]. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/>

BRASIL. Ministério da Justiça. **Avaliação da população prisional brasileira**. Brasília; 2013 [acesso em 16 abr. 2014]. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/main.asp?View=%7B1D84CE0B-E1A7-49E1-A2EC-BB25DBEF54CF%7D>

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 31ª edição. Ed. Saraiva. 2017.

CARVALHO, Matheus. **Manual de Direito Administrativo**. 4ª edição. Ed. Juspodivm. 2017.

CUNHA, Rogério Sanches. **Manual de Direito Penal**. 3ª edição. Ed. Juspodivm. 2015.

DALLARI, Dalmo de Abreu. O Brasil rumo à sociedade justa. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. (Orgs.). **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2007. p. 29-49. Disponível em: http://www.redhbrasil.net/documentos/biblioteca_on_line/educacao_em_direitos_humanos/04%20-%20Cap%201%20-%20Artigo%201.pdf.

DISTRITO FEDERAL, Tribunal de Justiça. Apelação Cível nº 20120111919529. 3ª Turma Cível. Julgado em 17 de fevereiro 2016. Disponível em: <https://tj-df.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/321790281/apelacao-civel-ipc-20120111919529>. Acesso em: 12 de Maio de 2018.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. 7ª edição. Ed. Fórum. 2011.

MACHADO VG. Análise sobre a crise do sistema penitenciário e os reflexos do fracasso da pena de prisão. 2013 [acesso em 20 de setembro de 2017]. Disponível em: http://www.derechocambiosocial.com/revista033/a_crise_do_sistema_penitenciario.pdf. Acesso em 19 de Maio de 2018.

MARINELA, Fernanda. **Direito Administrativo**. 10ª edição. Ed. Saraiva. 2016.

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. 6ª edição. Ed. Saraiva. 2016.

MATO GROSSO, Tribunal de Justiça. Apelação Cível nº 10431070347361001. 3ª Câmara Cível. Julgado em 06 de fevereiro de 2014. Disponível em: <https://tj-mg.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/119404892/apelacao-civel-ac-10431070347361001-mg/inteiro-teor-119404931>. Acesso em: 20 de Março de 2018.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 13 Ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 22. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

MIGUEL, Lorena Marina dos Santos. A NORMA JURÍDICA E A REALIDADE DO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO LEGAL. **Revista Habitus- IFCS - UFRJ** Vol. 11 - N.1 - Ano 2013

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Curso de Direito Administrativo**. 5ª edição. Ed. Método. 2017.

PARANA, Tribunal de Justiça. Apelação Cível nº 5874300. 3ª Câmara Cível. Julgado em 02 de fevereiro de 2010. Disponível em: **<<https://tj-pr.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/19555509/apelacao-civel-ac-5874300-pr-0587430-0>>**. Acesso em 20 de Março de 2018.

PARANA, Tribunal de Justiça. Apelação Cível nº 6903580. 3ª Câmara Cível. Julgado em 23 de novembro de 2010. Disponível em: **<<https://tj-pr.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/19556829/apelacao-civel-ac-6903580-pr-0690358-0>>**. Acesso em: 20 de Maio de 2018.

PIMENTEL, Carolina. Cardozo admite que sistema prisional do país está em situação quase “medieval”. Disponível em: **<<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-05-13/cardozo-admite-que-sistema-prisional-do-pais-esta-em-situacao-quase-%E2%80%9Cmedieval%E2%80%9D>>**. Acesso em: 10 de Maio de 2018.

SÃO PAULO, Tribunal de Justiça. Apelação APL nº 0010845-72.2008.8.26.0047. 4ª Câmara de Direito Público. Julgado em 23 de outubro de 2014. Disponível em: **<<https://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/147957563/apelacao-apl-108457220088260047-sp-0010845-7220088260047>>**. Acesso em: 25 de Maio de 2018.

SILVA, Iranilton Trajano da; CAVALCANTE, Kleidson Lucena. **A problemática da ressocialização penal do egresso no atual sistema prisional brasileiro**. Boletim Jurídico, Uberaba/MG, a. 5, nº 581. 2010. Disponível em: Acesso em: 10 de Maio de 2018.